

José Henrique Mouta Araújo Rosalina Moitta Pinto da Costa *Apresentações*

EFICÁCIA EXPANSIVA DA SENTENÇA CONSTITUCIONAL

A presente obra investiga o papel da tese jurídica emitida pelo Supremo Tribunal Federal em diferentes procedimentos (controle concreto ou abstrato), sua finalidade e eficácia, além dos precedentes judiciais que, em conjunto, contribuem para o esclarecimento do direito vigente.

O autor parte da hipótese de que a recepção das técnicas do *common law* pode conviver com as categorias tradicionais da jurisprudência e das súmulas, num modelo brasileiro de vinculação a decisões judiciais.

Mais do que um Tribunal de precedentes judiciais, a dinâmica de atuação e o estilo das decisões do Supremo permitem visualizá-lo, também, como tribunal de teses jurídicas.

Área específica

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Áreas afins

PROCESSO CONSTITUCIONAL. TEORIA GERAL DO PROCESSO. TRIBUNAIS SUPERIORES

Palavras-chave

Precedentes judiciais – Teses jurídicas e precedentes – Eficácia da sentença constitucional

> FORMATO: 14,5 x 21,5 cm CÓDIGO SANKHYA: 2899

M354e

Marocco, Jair

Eficácia expansiva da sentença constitucional / Jair Marocco. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

153p.; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-65-5518-609-3

1. Precedentes judiciais. 2. Teses jurídicas e precedentes. 3. Eficácia da sentença constitucional. I. Título.

CDD 347.05 CDU 347.9

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MAROCCO, Jair. *Eficácia expansiva da sentença constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 153 p. ISBN 978-65-5518-609-3.

JAIR MAROCCO

Procurador do Estado do Pará, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista pela Universidade de Pisa – Itália.

SUMÁRIO

APRES	ENTAÇÃO	
	enrique Mouta Araújo	13
,	1	
	ENTAÇÃO	
Rosalin	a Moitta Pinto da Costa	15
CAPÍT		
INTRO	DDUÇÃO	17
CAPÍT	III O 2	
	CÁCIA EXPANSIVA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIB	IINIAI
	RAL: ANTECEDENTES E O ESTADO ATUAL	21
2.1	Composição e competência do Supremo Tribunal Federal na	21
2.2	estrutura organizacional-constitucional brasileira A "guarda da Constituição" e a evolução de teorias	∠1
2.2	da interpretação judicial: Judiciário como copartícipe do	
	desenvolvimento do direito – Da interpretação <i>in abstracto</i>	
	e da interpretação <i>in concreto</i>	22
2.3	Das modificações do direito positivo rumo à expansão da eficácia	
	das decisões do STF: de Ruy Barbosa ao Novo CPC	
2.4	Do pano de fundo para as reformas: dispersão jurisprudencial	
	excessiva, crise numérica no STF, tutela da segurança jurídica,	
	da igualdade e da uniformidade	
2.5	Aproximação ao modelo do common law?	34
2.6	Os artigos 926 e 927 do CPC e normas correlatas: o coroamento	•
	do stare decisis no direito brasileiro e alguns apontamentos críticos	39
CAPÍT	ULO 3	
O NO'	VO PAPEL DA SENTENÇA CONSTITUCIONAL NO DIRI	EITO
BRASI	LEIRO	49
3.1	A iniciativa perante a Corte	49
3.2	O procedimento decisório	
3.2.1	Colegialidade e discussão pelo órgão judicante	
3.2.2	Modo de deliberação, estrutura da sentença e os argumentos	
	submetidos a contraditório	66
3.2.3	Publicação da decisão	
3.3	O produto da decisão e a questão dos seus efeitos	78
3.3.1	Os graus de eficácia: precedentes expansivos x precedentes	
	vinculantes	
3.3.2	O conteúdo da decisão: ratio decidendi x teses jurídicas	84
3.4	Especificações sobre o produto da decisão nos diferentes	07
3.4.1	procedimentos	
3.4.2	Nos enunciados de súmula vinculante e enunciados de súmula	97
3.4.2	em matéria constitucional	105
3.4.3	No Recurso Extraordinário	
3.4.4	Demais decisões da Corte	
3.5		
3.5.1	Kepercussoes dos produtos decisorios nos demais procedimentos	
3.5.2	Repercussões dos produtos decisórios nos demais procedimentos A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões	
3.5.3	A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões	. 135
	A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões A ação rescisória e a violação manifesta de norma jurídica	. 135
3.5.4	A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões	. 135
3.5.4	A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões A ação rescisória e a violação manifesta de norma jurídica Decisões monocráticas do relator	. 135 . 136
3.5.4	A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões	. 135 . 136 . 137
	A reclamação no sistema brasileiro de vinculação a decisões A ação rescisória e a violação manifesta de norma jurídica Decisões monocráticas do relator	. 135 . 136 . 137

CAPÍTULO 4 CONCLUSÕES	143
REFERÊNCIAS	147